

LDO prevê aumento

conomia

Jornal de Brasília • 7

dos investimentos em 92

O governo espera aumentar os seus investimentos em 1992 e, por essa razão, pretende reduzir o superávit das contas públicas, no próximo ano, para o equivalente a 0,5% do PIB (cerca de US\$ 1,7 bilhão). No ano passado, o superávit foi de 1,2%, neste ano, poderá chegar a 1% do PIB, segundo as estimativas oficiais. A meta para o próximo ano consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1992, encaminhada ao Congresso pelo presidente Fernando Collor na última segunda-feira. "A austeridade fiscal deverá ser um pouco menor em 1992", explicou ontem o diretor de Orçamento do Ministério da Economia, Cláudio Forghieri.

Depois que for aprovada pelo Congresso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias será o documento no qual se baseará o Orçamento da União, das empresas estatais e da seguridade social para 1992, que será discutido pelo Congresso no segundo semestre. Mesmo prevenindo uma redução do aperto fiscal do próximo ano, o governo pretende manter algumas normas rígidas com o objetivo de conter as despesas do Orçamento. Segundo o projeto encaminhado pelo presidente da República, todos os órgãos da ad-

ministração federal terão que cortar 10% de seus gastos de custeio (pessoal e despesas administrativas), ou seja, limitar a 90% do que foi realizado em 1990, além disso, serão proibidos convênios que transfiram recursos a estados e municípios, exceto nos setores de Saúde, Educação e Assistência Social.

Devedores

Para receber esses recursos, entretanto, os estados e municípios terão de demonstrar que estão em dia com suas contribuições à Previdência Social e ao FGTS, entre outras exigências. Segundo informou recentemente o ministro do Trabalho e da Previdência, Antônio Magri, praticamente todas as prefeituras e todos os governos estaduais são devedores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pois não recolhem à Previdência o que descontam do salário de seus funcionários. Em 1992, o governo pretende manter também a regra de não emitir novos títulos públicos, a não ser para substituir os papéis já existentes no seu vencimento, e para cobrir dívidas externas, das quais seja avalista, ou débitos dos órgãos extintos com a reforma administrativa do ano passado.

O governo resolveu aproveitar

a discussão da LDO para encaminhar alguns itens do Projeto de Reconstrução Nacional, o "Projeto", lançado no mês passado. Desse modo, no projeto enviado aos parlamentares está previsto que o Congresso deverá apreciar as propostas de criação de um imposto sobre grandes fortunas e de revisão do Imposto Territorial Rural (ITR), com o objetivo, neste último caso, de financiar a reforma agrária. A LDO deverá estabelecer também as prioridades para a elaboração dos orçamentos dos bancos oficiais para 1992.

De acordo com a proposta do governo, além de trabalhar em favor da diminuição das desigualdades regionais, da criação de empregos, da produção de bens de consumo de massa e da modernização tecnológica, esses bancos deverão dar prioridade também a projetos de preservação do meio ambiente. Além disso, farão parte das prioridades das instituições financeiras governamentais os setores de bens de capital, energia elétrica, pesquisa básica e aplicada, saneamento básico, habitação popular, transporte urbano de passageiros, transporte ferroviário de carga, recuperação das rodovias, portos, irrigação agrícola e telecomunicações.